

RESENHAS

UMA NOVA PROPOSTA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Celso João Ferretti

São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1988 (109 p.)

Finalmente é editado em forma de livro este importante texto de Celso João Ferretti que, juntamente com Selma Garrido Pimenta (no livro *Orientação Vocacional e Decisão*, 1979, Loyola), marcam, no Brasil, uma retomada crítica dos pressupostos que informam tanto a teoria quanto a prática da Orientação Profissional (e dentro dela a Informação Profissional).

Comparando-se esta versão com a primeira que foi publicada pelo SENAC, o texto sofreu algumas modificações. Retirou-se o que era específico daquela instituição e adicionou-se uma terceira parte inédita. O objetivo da obra, no entanto, se mantém inalterado, ou seja, contribuir para "... um repensar crítico da orientação profissional e da informação profissional no contexto brasileiro" (p. 8).

O livro está estruturado em 3 capítulos: o primeiro faz considerações críticas a respeito da orientação profissional; o segundo aborda a informação profissional, e o terceiro, o conceito de trabalho.

Sem dúvida nenhuma o primeiro capítulo é o mais importante. Nele o autor examina com profundidade as teorias que usualmente embasam a orientação profissional, no sentido de desvelar a posição que defendem frente ao entendimento do que seja "escolher uma profissão" e/ou "orientar alguém" que necessita ajuda. Não se trata de analisar os instrumentos técnicos ou mesmo uma determinada metodologia: mais do que isto, propõe-se a destrinchar a dimensão "... político-ideológica destes instrumentos, tendo em vista o papel que desempenham no âmbito educacional ou fora dele" (p. 12).

Quatro são as questões que o autor objetiva responder: "a) a quem beneficia a orientação profissional que se realiza na realidade brasileira? b) qual a orientação profissional reclamada por essa realidade? c) que indivíduos podem valer-se dessa orientação, nessa realidade? d) que objetivos devem ser visados pela orientação profissional em função dessa realidade?" (p. 15).

Para responder a estas questões, o autor analisa as teorias que informam a orientação profissional a fim de explicitar a "ideologia que as impregna". Assim, são examinadas a teoria traço-e-fator, teorias psicodinâmicas, teorias desenvolvimentistas, teorias decisórias (classificadas pelo autor como teorias psicológicas) e ainda a proposição de caráter econômico-social. Um quadro sinótico apresenta tais teorias em relação a objetivos, abordagem teórica, papel do indivíduo que escolhe, papel do orientador educacional e os principais autores que as representam.

A partir de suas constatações, o autor ressalta que todas as teorias fundamentam-se em alguns elementos básicos. O primeiro refere-se "... à individualidade de quem escolhe, ressaltada na admissão de que cada um possui um conjunto de características que lhe são próprias, que orientam suas escolhas e que devem ser respeitadas... O segundo refere-se à liberdade do indivíduo de optar por diferentes alternativas de escolha, tomando-se responsável pela decisão tomada e, portanto, por suas conseqüências... O terceiro refere-se à igualdade dos indivíduos perante a liberdade de opção. Ou seja, todos têm igual oportunidade de escolher seu caminho pro-

fissional..." (p. 31). O quarto diz respeito à atuação do orientador, que reafirma os três elementos já explicitados. A orientação e o orientador atuam no sentido de habilitar o indivíduo a "... escolher melhor, respeitadas sua individualidade e liberdade" (p. 31).

A liberdade, a igualdade e o individualismo são as premissas da doutrina liberal. Assim, "... o liberalismo é a ideologia que subjaz às teorias psicológicas de escolha e orientação profissional..." (p. 32).

O discurso liberal, embora lamentando as desigualdades e injustiças encontradas no seio da sociedade, deixa-as intocadas, ou melhor, acaba justificando e legitimando-as, uma vez que atribui ao indivíduo a responsabilidade pela superação das dificuldades, através do esforço pessoal e do aproveitamento das oportunidades que permitam o desenvolvimento das aptidões, sem questionar os elementos estruturais da sociedade que geram tais desigualdades e injustiças.

O autor conclui que a orientação profissional está comprometida sob dois pontos de vista. Ao não examinar as principais causas geradoras das desigualdades e injustiças, e tomando-as como naturais, "... mistifica os fatores da realidade que constituem obstáculos ou impedimentos às escolhas individuais. De outro lado, ajuda a manter as discriminações sociais, por admitir, sem questionamento, o potencial individual, deixando, ao mesmo tempo, de abrir crítica às condições de vida que influenciaram marcadamente esse potencial" (p. 44).

A partir destas análises, Ferretti esboça "uma nova proposta de orientação profissional". A análise do Trabalho num determinado contexto sociocultural seria o objeto central dessa proposta. A reflexão sobre trabalho "... enquanto atividade social e enquanto processo de modificação da natureza e determinante de relações sociais, parece-nos fundamental para que tanto os que optam, como os que não o fazem, desenvolvam uma consciência crítica dessa atividade humana que, espera-se, venha a influenciar o exercício de sua atividade profissional" (p. 46).

A abordagem da questão trabalho não deve ser conceitual ou teórica, ao contrário, deve suscitar a "... análise e crítica dos valores dos alunos, membros de classes sociais existentes no seio da sociedade e, enquanto tal, consumidores (...) e produtores de bens" (p. 48). Para o autor, esta linha de atuação "... pode gerar as condições para que, refletindo sobre uma prática (enquanto adolescentes, adultos, estudantes, membros de uma classe social), possam ter uma visão crítica para chegar mais conscientes a uma outra prática (a de profissionais), submetendo-a, por isso mesmo, à mesma contínua reflexão" (p. 48).

Partindo da mesma metodologia o autor, no segundo capítulo, submete à análise as teorias e os materiais de informação profissional existentes. Consta que os textos privilegiam uma determinada visão de homem, a do "homem econômico" (conceito de Samler), isto é, busca-se o homem certo para o lugar certo. Ferretti discorda de Samler, que propõe uma orientação visando o "homem psicológico", acabando por cunhar uma nova expressão: a orientação e informação profissional objetiva o "homem crítico", ou seja, "... além de apto para suas funções, (o aluno deve)... refletir sobre sua própria atividade, relacionando-a com o contexto sócio-econômico-político onde a realize" (p. 77).

Apontando a fragilidade dos pressupostos da informação profissional, que se sustentam numa aparente objetividade, simplicidade e neutralidade, Ferretti propõe uma reformulação de seus objetivos, conteúdo e forma, de modo a permitir a aquisição de informações fidedignas que estimulem a reflexão crítica sobre o exercício de uma profissão dentro de um contexto como o nosso.

O terceiro e último capítulo apresenta, de uma forma introdutória, os principais conceitos a respeito de trabalho, sendo útil para uma primeira aproximação com este importante tema.

A obra de Ferretti revela-se uma efetiva contribuição na área da orientação educacional, pois questiona, de forma aprofundada, o papel que a orientação profissional vem desempenhando no cenário educacional e social brasileiro. Além da crítica, o autor preocupa-se em descortinar possíveis pistas, que permitirão a superação dos problemas apontados.

Uma questão que já foi objeto de análise de um outro trabalho nosso (*A Escolha Profissional: Uma Tentativa de Compreensão da Questão na Perspectiva da Relação Indivíduo/Sociedade*, 1987, mimeo) diz respeito à noção de indivíduo empregada pelo autor. No livro, tal noção é criticada segundo a perspectiva da doutrina liberal e, em função disso, a idéia de indivíduo é abandonada. Depreende-se, pela leitura do livro, que o indivíduo é uma abstração. No nosso modo de entender, a noção de indivíduo deve ser resgatada, não no sentido da ideologia liberal, mas de uma concepção mais abrangente que dê conta da relação indivíduo/sociedade de uma forma onde um pólo não se sobreponha ao outro.

Silvio Duarte Bock

UNIVERSIDADE, ESCOLA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Denice Bárbara Catani, Herclia Tavares de Miranda, Luís Carlos de Menezes, Roseli Fischmann (orgs.)
São Paulo, Brasileira, 1986

Raramente uma coletânea, contendo textos de conferencistas, tocou tão diretamente o tema proposto. Isto ocorreu no livro que Denice Bárbara Catani, Herclia Tavares de Miranda, Luís Carlos de Menezes e Roseli Fischmann organizaram. É incontestável que aos autores dos textos se deve o zelo de passar por exame o assunto indicado, em geral não se perdendo em derivativos.

O livro resultou do Seminário Itinerante: "Dependência econômica e cultural, desenvolvimento nacional e formação de professores", ocorrido na Universidade de São Paulo, em 1985. A obra significa proveitoso esforço no sentido de apreciar a formação de professores, em nossos dias, a partir de diversos ângulos. Ela está dividida em duas partes: primeiramente "a dimensão social e política"; depois a "formação universitária e prática do professor".

A parte inicial ("a dimensão social e política") está formada por escritos de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Paul Singer, Cláudio Salm, Perseu Abramo e Roberto Romano. Deste conjunto de

escritos, o de Florestan Fernandes - "A Formação Política e o Trabalho do Professor"; o de Paul Singer - "Diploma, Profissão e Estrutura Social"; e o de Perseu Abramo - "O Professor, a Organização Corporativa e a Ação Política", colocam-se como textos exemplares no que diz respeito à dimensão política das atividades educacionais. São lições de clareza, de profundidade e de paixão.

Florestan Fernandes manifesta "três preocupações centrais", relativas de início ao cerceamento do horizonte cultural do professor, depois ao sentido político da atividade do professor e por fim ao que um marxista pensa sobre tal tema. Para ele, o professor tornou-se um instrumento de dominação, não possuindo relação democrática com a sociedade brasileira. Assim o professor tem de conhecer a necessidade de mudança, dentro da escola e fora dela. Indo por esta linha de raciocínio, Florestan Fernandes expõe a segunda preocupação: o sentido político da atividade do professor. Ante a situação brasileira, os professores convivem, mais que os políticos, com os problemas sociais em seu nível político, motivo pelo qual precisam situar-se como cidadãos de uma sociedade capitalista subdesenvolvida, possuindo dificuldades específicas.

Fica, porém, pouco clara no universo do artigo de Florestan Fernandes a afirmação de que: "Um professor deve aprender a pensar em termos de luta de classes, mesmo que não seja marxista". Ainda com a breve referência aos chamados "teólogos da libertação", resta saber como se explicam, por exemplo, as reificações da luta de classes, feitas por teóricos e por movimentos até com nítida posição conservadora ou reacionária.

Paul Singer, de sua parte, considera a escola como credenciadora de pessoas, capaz de separar os que passaram por ela de quem nela não esteve. Apesar disto, para Singer, as posições de mando e as próprias habilidades indispensáveis ao mando na vida econômica da sociedade capitalista, não vêm através da escola, e sim do exercício da própria função. Ocorreu que, na segunda metade do século XX, o desenvolvimento econômico valorizou o credenciamento escolar, devido à burocratização, à expansão tecnológica e às alterações do processo de trabalho.

Segundo Singer, a procura da escola, inclusive pelos adultos, avolumou demasiadamente, conduzindo ao excesso de diplomados e, por conseqüência, à desvalorização do diploma, base do que Singer entende por crise da escola. A leitura do texto dá a impressão de que a escola credencia e não credencia, revelando um movimento pendular de análise, ao compasso das ondas do mercado, e buscando solução para a crise escolar no alargamento da participação.

Perseu Abramo, ao atentar a situação do professor brasileiro de 1º e 2º graus na estrutura de classes, verifica que ele procede de duas vertentes. Na primeira vertente, se encontra o professor originário de uma camada em processo de proletarização. Devido em sua posição social, resta-lhe a saída profissional de ser professor. Em outra vertente, põe-se o professor vindo de "camadas realmente populares, ou de camadas de classe média baixa", compondo uma maioria em certos centros urbanos, que "tem-se mostrado, de certa forma, conservadora..."

Perseu Abramo faz ver que, se no passado os professores combatiam sua própria proletarização, preocupando-se também com os problemas gerais da educação, na atualidade obrigam-se a lutar